

Dossiê

Vestígios, restos e substratos corporais humanos em seus diversos agenciamentos

Etnografando "humanos" e materiais "humanos": Encontros éticos e políticos¹

Débora Allebrandt *

Soraya Fleischer**

A diferença do entendimento da palavra humano como substantivo e como adjetivo evoca debates éticos, políticos e uma série de valores ativados por agenciamentos múltiplos. Quais as repercussões dessa classificação em termos do trato científico, legal, familiar ou religioso dos objetos? O que acontece quando do humano são criados restos, sobras, pontas? Quem participa das decisões sobre o “descarte” desses materiais e, nesse processo, existem ritos específicos que sublinham seu caráter distintivo em virtude de sua “humanidade”? Este dossiê se debruça sobre entrecruzamentos a respeito dos entendimentos sobre o “humano” e diferentes esferas em que essas características estão em disputa.

Na antropologia, desde os anos 1990 temos visto a emergência de um debate acerca da ética em pesquisa com seres humanos. Parte desse debate é fruto de um diálogo com a bioética e com a emergência do sistema CEP-Conep² no Brasil. Embora esses debates concentrem-se

¹ O dossiê apresentado aqui é resultado do feliz encontro de preocupações comuns a uma série de pesquisadoras. O diálogo se iniciou com a Mesa Redonda “Vestígios, restos e substratos corporais humanos em seus diversos agenciamentos”, que tomou parte em 2016, na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia realizada em João Pessoa/PB.

² Comitê de Ética em Pesquisa – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

* Débora Allebrandt é professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: debora.allebrandt@ics.ufal.br.

** Soraya Fleischer é professora associada do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. E-mail: fleischer.soraya@gmail.com.

nas especificidades da pesquisa qualitativa e em ciências humanas com “seres humanos” (SARTI et al., 2013; SARTI; PEREIRA; MEINERZ, 2017; SCHUCH; FLEISCHER, 2010), tacitamente, os termos de consentimento livre e esclarecidos e uma série de práticas das ciências naturais tornaram-se parte da prática de antropólogos que atuam, sobretudo, no campo da saúde. Tais rotinas de consentimento fazem parte de pesquisas envolvendo a participação de “seres humanos”. Se, por um lado, essas rotinas ajudaram a consolidar um “padrão” bioético centrado na existência quase mandatória de termos de consentimentos, elas são resultado de uma dramática história de abusos. A elasticidade de princípios éticos para a pesquisa foi cúmplice de complexos casos de experimentação e nefastas consequências para os sujeitos envolvidos como pesquisados.

Tomamos como exemplo a história de Henrietta Lacks. Uma mulher negra, estadunidense, cujas células são consideradas responsáveis pelos maiores avanços da ciência no século XXI. Suas células foram coletadas e instrumentalizadas em uma linhagem celular em meio à ausência de consentimento e informação sobre os usos de seus materiais humanos. Células do diagnóstico de um câncer cervical se tornaram a linhagem celular chamada de HeLa, e atribuídas durante muitos anos a Hellen Lane e não a Henrietta Lacks. (M’CHAREK, 2014; SKLOOT, 2010).

As células de Henrietta Lacks permitiram o nascimento de um empreendimento multimilionário, e a luta de sua família foi emblemática ao destacar as desigualdades e zonas de abandono que permeiam o direito de propriedade de produtos advindos de substratos corporais. John Moore, cujo material biológico deu origem à linhagem celular Mo, lutou até as últimas instâncias para dissolver a patente criada sobre seu material genético³. Propriedade e privacidade são reivindicações comuns daqueles que tiveram seu material genético e biológico apropriado de modo semelhante. Propriedade, doadores e sujeitos de pesquisa tomam diferentes contornos quando parte da indústria farmacêutica e podem ser considerados hoje parte de um “trabalho clínico” (COOPER; WALDBY, 2014; PETRYNA, 2011). No entanto, tratar a participação em pesquisas

³ Para mais informações, acesse: http://articles.chicagotribune.com/1990-02-18/features/9001140537_1_mo-cell-line-blood-cells-spleen.

como parte de um trabalho não limita questões acerca da propriedade sobre materiais de nosso corpo, fora dele e dentro de um amplo espectro temporal.

São conhecidas as batalhas jurídicas do povo Ianomâmi, por exemplo, para reaver e restituir amostras de sangue que foram recolhidos à sua revelia nos anos 70, inclusive com a participação de antropólogos (DINIZ, 2007). Ou a história recente de aborígenes australianos, que se sentem vacilantes diante das coleções de seu sangue criopreservado por cientistas. Esse material pode ser compreendido tanto como “vida latente” quanto como “morte incompleta”, dois *status* que demandam reações e ritos distintos (KOWAL; RADIN, 2015). Ou mesmo o debate já bastante avolumado sobre coleções museológicas de objetos retirados de modo, no mínimo, duvidoso de muitas sociedades ao redor do mundo e que vêm sendo demandados por repatriação. São todos exemplos de resistência dos colonizados, pequenas iniciativas que partem geralmente do sul em direção ao norte econômico para ressignificar materiais, reestabelecer o valor da contiguidade, reorganizar autoria, autonomia e privilégios.

Quais são os fins de materiais provenientes de pequenas intervenções cirúrgicas, amostras coletadas para exames, para mapeamento e armazenamento genético, perícias, entre outros, que constituem um volume muito grande de "vestígios humanos" armazenados em freezers e tanques de nitrogênio de laboratórios e universidades? Esses materiais “esquecidos” ou deixados para trás têm sido utilizados em todo o mundo em pesquisas dos mais variados temas.

Nos Estados Unidos, em 1999, um relatório estimou que estejam armazenadas mais de 307 milhões de amostras de tecidos de mais de 178 milhões de pessoas (SKLOOT, 2010). Na Inglaterra, o número de espécimes também é expressivo: estão armazenados mais de 104 mil órgãos e 480 mil amostras de tecidos (JONES; GEAR; GALVIN, 2003).

No Brasil, em 2011, foi aprovada pelo Ministério da Saúde a portaria 2.201, que estabelece as Diretrizes Nacionais para Biorrepositório e Biobanco de Material Biológico Humano com Finalidade de Pesquisa. Nessa portaria fica clara a necessidade de consentimento para coleta de materiais biológicos humanos para finalidade de pesquisa. No entanto, não há menção acerca dos usos de materiais coletados e armazenados antes dessa resolução. Apesar de prever o armazenamento ou o descarte, a resolução deixa a cargo do TCLE a decisão sobre o destino desse material, numa perspectiva alarmante de ciência no varejo.

Quando estão em uso, esses materiais podem ser preciosos recursos, mas, diante do volume e extensão das amostras, grande parte dessas coleções pode vir a se tornar "restos" indesejáveis. As autoras desse dossiê tomam esse contexto como parte de suas etnografias, acompanhando a biografia desses materiais e suas materialidades, os espaços de cálculo e as múltiplas agências em que se inserem as caracterizações e limites entre o "humano" e o "não humano". Elas estão inseridas nos debates sobre ciência e tecnologia que exploram as fronteiras entre o "humano" e o "não humano", fitando a coleta/arquivamento/uso de substratos materiais que, em algum momento de sua trajetória, podem ser significados como "vestígios humanos". E as autoras também estão atentas para as ausências que o descarte cria, quer dizer, mesmo onde o material, biológico ou não, se faz ausente, outras trocas são criadas e acontecem. Novas presenças, novas materialidades, novas conexões são percebidas e valorizadas. O descarte, de um modo ou de outro, é criador de relações sociais, emoções, consequências. O "humano" se reinventa.

Fonseca e Garrido apresentam uma análise instigante acerca das mediações sociotécnicas em um laboratório do Instituto de Pesquisa e Perícia em Genética Forense, no Rio de Janeiro no artigo intitulado "Os limites do humano: Restos humanos em um laboratório de genética forense". Os desafios desse laboratório são "restos", cuja matéria-prima são pequenos pedaços, vestígios, cirurgicamente retirados de corpos mortos, que facilmente poderiam ser considerados não humanos. No entanto, seu percurso institucional para o *status* de "lixo" e/ou material "descartável" desafia a sua própria materialidade "não humana".

Já Simone Vassalo vai refletir sobre as ossadas encontradas em 1996, no subsolo de uma residência familiar, na região portuária da cidade do Rio de Janeiro, e que, mais recentemente, constituíram o sítio arqueológico Cemitério dos Pretos Novos. A autora atenta para a produção desse "sítio", compreendido como objeto de pesquisa, como testemunho do holocausto negro da escravidão e, agora, como mote à reflexão antropológica sobre esse tipo de "resto humano".

Bruna Louzada Bumachar e Pedro Peixoto Ferreira adentram o mundo prisional, ao conhecer estrangeiras que estão cumprindo pena no Brasil. A vida em uma penitenciária é tida como "entre parênteses", suspensa espaço e temporalmente por elas. E são cartas, fotografias e, eventualmente, *e-mails* e ligações telefônicas, trocados com seus filhos e parentes no exterior, que permitem que a ausência da convivência possa ser abrandada,

materializada, recriada de algum modo. Relações de maternidade, filiação, família e intimidade são novamente inventadas com a ausência de algumas partes e a presença de outras.

“Provas”, “sítios arqueológicos”, “cartas” vão se tornando novos objetos, ultrapassando a materialidade que continham na sua versão dita “original”; vão criando novos espaços, tempos, agentes e relações sociais. Parecem crescer e multiplicar em tantos sentidos.

Um importante sentido atribuído à substância está atrelada aos marcadores de gênero. Daniela Mânica, Regina Goldenberg e Karina Asensi discutem os agenciamentos de uma substância advinda do corpo feminino: a menstruação. Transformada durante seu itinerário tecnocientífico em CeSaM (Células do Sangue Menstrual) e células estromais mesenquimais, o sangue menstrual é engajado nas pesquisas e terapias sobre células-tronco. Trata-se de uma ocasião ímpar para ressignificar e repensar o corpo das mulheres e seus fluidos corporais. No entanto, o reconhecimento da potência e viabilidade dessas pesquisas, assinalada pela sua disponibilidade potencial e ausência de invasividade para sua obtenção, esbarram em estereótipos e compreensões do sangue menstrual como exclusivamente parte do corpo da mulher. Esse entendimento das células menstruais como generificadas e não podendo ser transformadas em uma célula-modelo, produzindo tratamentos para “corpos humanos”, minimiza as potencialidades das CeSaM.

Muitas vezes, o sangue menstrual como produtor de células-tronco é preterido diante de substâncias tomadas como mais puras. Os embriões humanos são um exemplo. O uso, seleção e descarte de embriões produzidos em centros de reprodução assistida é o objeto do artigo de Débora Allebrandt. A autora discute como ocorrem transformações nos sentidos e atribuições dos embriões nas diferentes etapas da Reprodução Assistida (RA). Durante os ciclos de RA, os embriões são a substância mais esperada, resultado de um grande investimento emocional e financeiro. São vida, filhos, esperança. Esses mesmos embriões, quando armazenados nos tanques de nitrogênio e separados temporalmente do projeto parental para o qual foram produzidos, são significados de modo muito distinto. São lixo, entulho, podem ser descartados ou doados para pesquisa.

Essa última possibilidade produz um diálogo profícuo entre esses dois artigos. Na pesquisa de Allebrandt, embriões são “doados para pesquisa”, mas permanecem nos tanques de nitrogênio das clínicas de RA. A autora problematiza a suposta abundância de embriões disponíveis para a pesquisa

desde a criação do SisEmbrio, um órgão da ANVISA, responsável pelo controle da produção de células e tecidos humanos. Para além do fato de o número de embriões disponíveis para pesquisa ser efetivamente menor do que o estimado, há uma dificuldade de transformarmos embriões como potencial vida em embriões como material de pesquisa. Há humanidade demais nesses embriões para que pesquisas sejam realizadas com eles. Já as CeSaM, abundantes e de fácil obtenção, são tomadas como um material secundário, também marcado por um excesso de humanidade, desta vez, evidenciado pelo gênero.

Também está associado ao dossiê a tradução do artigo de Elizabeth Roberts, “Existência assistida: uma etnografia do ser no Equador”, originalmente publicado na revista *Journal of the Royal Anthropological Institute*. A autora compara as diferentes dimensões do “existir” e sua relação intrincada com as múltiplas assistências (sociais, raciais, tecnológicas, de terceiros, divinas, etc.) que produzem o ser. Há, no contexto das práticas de reprodução assistida no Equador uma percepção singular acerca da abundância da produção de embriões e células reprodutivas, que está associado à construção do embrião como humano e parte de relações de parentesco.

Contamos ainda, nesse dossiê, com um texto que aprofunda e alinhava todos os artigos. Clarice Rios nos brinda com um debate rico e criativo. Ela vai pensar como tecnologia, ciência, materialidade e fluxos ou trânsitos criam rastros, criam novas ideias que tensionam que o “humano” tenha realmente se negado ou extinguido. São rastros que estabelecem novas relações, reinstituindo novos formatos desse “humano”. Ela lança mão de um debate latouriano, mas também da semiótica e até da linguística para alinhar as ideias dos cinco textos. Apontando para o final, na figura do Debate feito por Rios, convidamos todas para voltar ao início e conhecer o conjunto de textos que reunimos no presente Dossiê. Inovadores debates, vindos de uma antropologia contemporânea, convidativos ao leitorado curioso. Voilá!

Referências

- BRASIL. Portaria 2.201 de 14 de setembro de 2011.
(2011). *Diretrizes Nacionais para Biorrepositório e Banco de Material Biológico Humano com Finalidade de Pesquisa*. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2201_14_09_2011.html. Acesso em 15 de janeiro de 2018.
- COOPER, Melinda; WALDBY, Catherine.
(2014). *Clinical Labor Tissue Donors and research subjects in the global bioeconomy*. Durham & London, Duke University Press.
- DINIZ, Debora.
(2007). Avaliação ética em pesquisa social: o caso do sangue Yanomami. *Revista Bioética* 15 (2): 284-97.
- JONES, D. G.; GEAR, R.; GALVIN, K. A.
(2003). Stored human tissue: an ethical perspective on the fate of anonymous, archival material. *Journal of medical ethics*, v. 29, n. 6, p. 343-7.
- M'CHAREK, Amade Race.
(2014). Time and Folded Objects: The HeLa Error. *Theory, Culture & Society*, v. 31, n. 6, p. 29-56.
- KOWAL, Emma; RADIN, Joanna.
(2015). Indigenous biospecimen collections and the cryopolitics of frozen life. *Journal of sociology*, vol. 51, no. 1, pp. 63-80.
- PETRYNA, Adriana.
(2011). Experimentalidade: ciência, capital e poder no mundo dos ensaios clínicos. *Horizontes Antropológicos*, v. 17, n. 35, p. 127-160.
- SARTI, Cynthia; Duarte, Luis Fernando D. (Orgs.).
(2013). *Antropologia e ética: desafios para a regulamentação*. Brasília, ABA.
- SARTI, Cynthia A.; PEREIRA, Éverton L.; MEINERZ, Nádia.
(2017). Avanços da Resolução 510/2016 e Impasses do Sistema CEP/Conep. *Revista Mundaú*, n. 2, p. 8-21.
- SCHUCH, Patrice; FLEISCHER, Soraya R. (eds.).
(2010). *Ética e Regulamentação na pesquisa Antropológica*. Brasília, Letras Livres.
- SKLOOT, Rebecca.
(2010). *The Immortal Life of Henrietta Lacks*. New York, Broadway Paperbacks.